

# TAP SÓ TEM FUTURO SE FOR RENTÁVEL



O Presidente do PSD exige ao Governo que dê garantias aos portugueses que, se injetar “mais 3 mil milhões de euros, 300 euros por cada português”, a empresa não terá os mesmos problemas do passado. “Se o plano de reestruturação não conseguir ter respostas capazes que nos garantam que de futuro não será igual ao que tivemos no passado, isso é evidente. Ter no futuro o que tivemos no passado, acho dramático para as finanças públicas portuguesas”, afirmou Rui Rio



pág. 5

## PARLAMENTO

### PRIMEIRO-MINISTRO “SALVOU UM AMIGO, MAS SACRIFICOU O PAÍS”

O PSD reiterou que o ministro da Administração Interna faltou à verdade quando disse no Parlamento que tinha sido aberto um inquérito no dia imediatamente a seguir à morte do cidadão ucraniano



pág. 7

## LOCAIS

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU DEFENDE CONSTRUÇÃO DE CENTRO ONCOLÓGICO

A Assembleia Municipal de Viseu solicitou ao Governo que promova as diligências necessárias para iniciar a construção da primeira fase do centro oncológico, a instalar no Centro Hospitalar Tondela-Viseu



pág. 9

## REGIONAIS

### “GOVERNAREMOS COM O DINHEIRO QUE TIVERMOS”

José Manuel Bolieiro, presidente do Governo dos Açores, garantiu que não vai recusar propostas “à partida”, “venham elas de onde vierem”, mas garantiu que vai governar apenas com o dinheiro disponível



**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## CRIME SEM CASTIGO

No editorial de 4 de novembro passado, denunciei o homicídio bárbaro de um cidadão ucraniano, sob a guarda do Estado português, no aeroporto de Lisboa, que foi torturado e assassinado às mãos de inspetores Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), atentando contra o mais elementar princípio do Estado de direito, a inviolabilidade da vida humana.

E o que decidiu o responsável político da tutela? Primou pela omissão e optou pelo estado de negação. Os erros do ministro da Administração Interna são tantos e de tal gravidade, que nem se sabe bem por onde começar.

Logo em abril, Eduardo Cabrita referiu-se à *"negligência grosseira e encobrimento gravíssimo"* do SEF para qualificar o caso, mas ignorou o mais básico. Não dirigiu condolências à família, nem garantiu o imediato auxílio para que a família pudesse receber de volta o corpo de Ihor Homenyuk.

Eduardo Cabrita, que prometera retirar consequências desta ocorrência, deixou que a diretora do SEF permanecesse no cargo mais oito meses, mesmo depois da divulgação das evidências do relatório da Inspeção-Geral da Administração Interna.

Apesar da indignação do ministro, foi Cristina Gatões que se demitiu, porque aquele, nem neste momento teve coragem de ser consequente. E esta só tomou a decisão pela pressão mediática e para conter os danos políticos, porque todos sabemos que, em Portugal, raramente se retiram consequências de factos com esta dimensão trágica.

Entretanto, os alegados agressores aguardam o julgamento em prisão domiciliária, o que também não deixa evidenciar a ligeireza e a contradição das decisões judiciais. Os tribunais, que cominam com prisão efetiva os pilha-galinhas, são os mesmos que deixam, no conforto da prisão domiciliária, três inspetores indiciados no concurso de crimes hediondos.

Eduardo Cabrita podia ter fechado logo o assunto, se tivesse saído de cena pelo próprio pé, em vez de, no seu jeito vaidoso e pesporrente, persistir num chorrilho de "boutades", como *"Bem-vindos ao combate pela defesa dos direitos humanos"*. O ministro, que se arroga campeão dos direitos humanos, não teve sequer a dignidade de desbloquear o pagamento prévio das despesas do funeral. Foi a família que juntou 2.200 euros para a trasladação do corpo para a Ucrânia. Afinal, parece que é o campeão dos direitos sonegados.

Num passa-culpas de responsabilidades, o ministro propôs a instalação de botões de pânico – outra decisão ridícula – no aeroporto de Lisboa, *"que sempre que ativado, obriga ao seu registo em relatório, com indicação de hora e motivo que determinou a sua ativação e comunicação da mesma ao responsável"*. Em pânico deve ficar o País com a falta de bom senso de um ministro, que acredita piamente que um botão vai garantir a segurança de alguém.

Mais de meio Governo veio em socorro de Cabrita, como o ministro dos Negócios Estrangeiros, um eterno mensageiro da propaganda tóxica, que nunca vira *"um ministro reagir com esta clareza"*. Mais de meio País registou o óbvio. Ninguém assumiu a responsabilidade política, para além da solidariedade orgânica de um governo cego, surdo e mudo para o sucedido.

Entretanto, o diretor nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP), estranhamente ou talvez não, foi recebido em Belém, a um domingo, e no fim, fazendo de ministro, desautorizou o próprio. Um ex-operacional do Grupo de Operações Especiais (GOE) que, portanto, acertou em cheio, no coração do Ministério das polícias.

Num crime, com os contornos de um *thriller* e, ao mesmo tempo, de película de terror, sobram apenas o elogio para o médico-legista que detetou as condições criminosas da morte de Ihor Homenyuk e o mérito de uma denúncia anónima, que levou a Polícia Judiciária a abrir uma investigação.

Mas a imagem de Portugal, a credibilidade de um dos estados mais seguros do mundo, acolhedor e com tradição tolerante e humanista estão hoje manchadas por um caso que, infelizmente, acabará por trazer à tona mais episódios de abuso de poder, de tortura e de violência de agentes no exercício de funções.

A viúva e os dois filhos merecem mais do que um pedido de desculpas de um país que não se revê nem quer que se repitam estes episódios de violência gratuita, de carneiros, em matilha, que envergonham o nome e a autoridade do Estado.

O SEF é hoje uma sigla amaldiçoada e o ministro da Administração Interna só não é demitido porque integra o *inner circle* do Primeiro-Ministro que, com a desfaçatez que o caracteriza, até afirmou que Cabrita *"fez o que lhe competia"*.

Acontece que o ministro já não é ministro ou vai continuar ministro-fantasma, a prazo, até que o Governo encontre melhor saída, para alguém que já é mais problema do que parte da solução.

Um crime sem castigo, para o qual não há quaisquer desculpas.

# TAP SÓ TEM I

O Presidente do PSD revelou que o Governo se prepara para injetar mais três mil milhões de euros na TAP, sem que exista uma garantia prévia de que a empresa vai deixar de dar prejuízo. De acordo com Rui Rio, "o dinheiro que se quer injetar na TAP de certeza, fora o resto, são três mil milhões de euros. É preciso que os portugueses comecem a perceber isto assim: três mil milhões de euros são 300 euros a cada português".

Face a este cenário, o líder do PSD exige ao Governo que dê garantias aos portugueses que, se injetar "mais 3 mil milhões de euros, 300 euros por cada português", a empresa não terá os mesmos problemas do passado.

"Qual é a segurança que os portugueses podem ter que o plano de reestruturação é aplicado, cada um de nós vai dar mais 300 euros em média para a TAP e que depois, passado poucos meses, a TAP não entra outra vez na mesma situação que entrou ao longo de toda a sua vida, com greves atrás de greves? Eu não me esqueço que os pilotos fizeram uma greve em 2014, de propósito, no Natal e na passagem de ano, prejudicando fortemente muitos portugueses a quem agora estão a pedir a cada um 300 euros para ajudar", disse.

Questionado se o PSD defende a liquidação da empresa caso o plano não dê essa segurança, Rui Rio respondeu afirmativamente. "Se o plano de reestruturação não conseguir ter respostas capazes que nos garantam que de futuro não será igual ao que tivemos no passado, isso é evidente. Ter no futuro o que tivemos no passado, acho dramático para as finanças públicas portuguesas", respondeu.

Para evitar esse cenário, afirma o líder social-democrata, compete ao Governo apresentar "um plano de reestruturação razoavelmente bem feito e minimamente credível". "É o Governo que tem de nos convencer – a nós, ao PSD, e ao país – que se agora meter três mil milhões de euros e cada português der mais 300 euros, de futuro acabou e a TAP passa a ser uma empresa rentável", afirmou, salientando que, mesmo quando o turismo "estava em alta, a TAP continuava dar prejuízo", disse.

Rui Rio congratulou-se ainda que o Governo tenha "recuado" na alegada intenção de levar a votos no Parlamento o plano de reestruturação da TAP, sublinhando que o executivo será o responsável máximo pela decisão que tomar sobre o futuro da companhia.

Rui Rio recebeu, dia 10, a Confederação do Turismo de Portugal (CTP) em Lisboa, na sede nacional do PSD.



# FUTURO SE FOR RENTÁVEL



## PSD quer que Governo envie plano de reestruturação ao Parlamento

O PSD entregou, dia 15, um requerimento a solicitar que o Governo entregue no Parlamento o plano de reestruturação da TAP, considerando “inacreditável” que o ministro Pedro Nuno Santos apenas tenha disponibilizado um conjunto de “slides” já apresentados aos partidos.

O requerimento foi entregue na mesa da Comissão de Economia, enquanto decorria a audição parlamentar do ministro das Infraestruturas e da Habitação precisamente sobre o plano de reestruturação da TAP.

“É imprescindível que o parlamento não fique privado dos seus mecanismos de acompanhamento e fiscalização. É inacreditável que o ministro venha ao Parlamento e se permita a ousadia de se dirigir aos deputados numa audição sobre o plano sem dar a conhecer à Assembleia mais do que ‘slides’ que foram apresentadas nas reuniões dos grupos parlamentares”, criticou.

Por essa razão, os deputados do PSD pediram ao Governo que “no mais curto espaço de tempo” envie à Comissão o plano que está a ser objeto de negociação com a Comissão Europeia.

“O ministro disse que se os portugueses pagam, mandam. Mas como é que mandam se os seus representantes nem conseguem conhecer as razões da conta que lhes está a ser pedida e do futuro da companhia?”, questionou Cristóvão Norte.

# CONTAS DAS EUROPEIAS DE 2019 SEM IRREGULARIDADES



Como resulta da lei, terminada uma campanha eleitoral, a Entidade que fiscaliza os partidos políticos procede à auditoria às contas de campanha.

Em resultado das eleições europeias de 2019, a Entidade das Contas e a Revisora Oficial de Contas por si contratada questionou o PSD e o Mandatário Financeiro sobre vários pontos relacionados com a campanha eleitoral, como é habitual neste tipo de processos.

Terminada a fase de contraditório, esclarecidos os vários pontos questionados, o PSD foi notificado na passada sexta-feira da decisão da Entidade das Contas:

“Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pelo Partido Social Democrata e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas sem irregularidades (art. 43.º, n.º 1, da LO 2/2005)”.

Este tipo de processos, associados a contas de campanha eleitoral, revestem-se de uma enorme complexidade, já que envolvem voluntários em todo o país – continente e ilhas - demandando dos partidos políticos mecanismos de controlo interno e uma atenção permanente, dado que um qualquer ato irregular, que fuja ao controlo do partido ou do mandatário financeiro, poderá vir-lhes a ser imputado.

É possível assim sucederem-se sempre uma ou outra irregularidade pela quantidade de pessoas envolvidas nestes processos.

O PSD dá nota pública desta decisão da Entidade pelo facto de se constatar que foi a primeira vez que o PSD e o seu mandatário financeiro conseguiram alcançar este resultado – contas prestadas sem irregularidades – e tal deveu-se aos mecanismos de maior controlo e acompanhamento introduzidos.

Estaremos empenhados para que, no futuro, possa continuar a ser assim, melhorando progressivamente em cada momento as falhas que nos possam ser identificadas.

**Conte-nos a sua história.**

Queremos dar voz à sua voz.

Escreva-nos para: [pessoascomhistorias@psd.pt](mailto:pessoascomhistorias@psd.pt)

# PRIMEIRO-MINISTRO “SALVOU UM AMIGO, MAS SACRIFICOU O PAÍS”



O PSD reiterou, dia 15, que o ministro da Administração Interna faltou à verdade quando disse no Parlamento que tinha sido aberto um inquérito no dia imediatamente a seguir à morte do cidadão ucraniano Ihor Homeniuk, que se encontrava à guarda do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) no aeroporto de Lisboa, quando esse inquérito só foi aberto dezassete dias depois. E apontou o Primeiro-Ministro como o “grande responsável” por tudo o que se está a passar em torno deste caso.

Numa audição requerida pelo PSD, o vice-presidente da bancada social-democrata Carlos Peixoto acusou o governante de estar a tentar “normalizar” o sucedido e confrontou-o com uma sucessão de episódios, desde o “ridículo botão de pânico” mandado instalar em salas do SEF, passando pela “triste postura do Governo que nem sequer pagou a trasladação” da vítima para a Ucrânia, e terminando na “anedótica vitimização” do ministro Eduardo Cabrita, “vangloriando-se de ser o único português atento a este caso”.

Recorrendo às palavras do ministro, o deputado social-democrata referiu que este caso “não é um murro no seu estômago, mas um murro na sua credibilidade e, mais do que isso, na respeitabilidade do país”.

Carlos Peixoto disse ainda que o ministro “podia ter sido humilde e ter mostrado que lidou mal com esta morte, mas aquilo que fez foi procurar lidar com o seu custo eleitoral e o resultado foi desastroso”.

Relativamente à anunciada reestruturação do SEF, o deputado social-democrata acusou o Governo de “manobra de diversão” para “salvar a face” do ministro e “apagar tudo o que estava para trás”. Carlos Peixoto referiu-se ainda à demissão da diretora nacional do SEF, “a quinta diretora em cinco anos”. “Veja-se a estabilidade que o senhor ministro confere a uma força de segurança nas chefias”, ironizou.

“O senhor ministro não se demitiu. O Primeiro-Ministro não quis demiti-lo. Quis salvar um amigo e sacrificou o país. O senhor ministro vai porventura arrastar-se neste cargo mas vai fazê-lo como um ‘zombie’ político e isso é o que Portugal menos precisa”, concluiu Carlos Peixoto.

## FERNANDO NEGRÃO PRESIDE À COMISSÃO DE INQUÉRITO AO NOVO BANCO

Decorreu, na terça-feira, 15 de dezembro, a tomada de posse da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar às perdas registadas pelo Novo Banco e imputadas ao Fundo de Resolução, que será presidida por Fernando Negrão, deputado do PSD.

O deputado social-democrata afirmou, durante a sessão, que os deputados que constituem a comissão de inquérito têm “um trabalho árduo pela frente” e que este é um trabalho que contribui para continuar a “dignificar o trabalho parlamentar”. Vamos “cumprir a nossa missão e corresponder à vontade do povo. (...) É para isso que aqui estamos, para resolver os problemas do povo”, disse.

Os deputados do PSD que constituem esta comissão de inquérito são Duarte Pacheco, Hugo Carneiro, Mónica Quintela, Filipa Roseta, Sofia Matos e Alberto Fonseca.



# GOVERNO FALHOU NA RESPOSTA À PANDEMIA E IGNORA A ECONOMIA



Afonso Oliveira reitera a acusação do PSD de que o Governo falhou na resposta à pandemia, quer ao nível da saúde quer ao nível da economia. No debate temático com o ministro de Estado da Economia e da Transição Digital, o vice-Presidente da bancada do PSD frisou que o Executivo de António Costa começou por reagir, sem qualquer visão estratégica, e nunca agiu, como ficou comprovado no Orçamento para 2021.

Para o social-democrata, o Orçamento do Estado para 2021 não foi um Orçamento para responder às empresas. “O Governo assobiou para o lado, para o lado esquerdo, e preferiu aumentar 1.000 milhões de euros de despesa adicional” para responder às exigências do PCP. Com a economia ausente deste debate orçamental, Afonso Oliveira afirmou que “as empresas estão a desesperar pelos apoios” e que as medidas que o Governo agora vem anunciar já vão chegar tarde a muitas empresas.

Face a este histórico, Afonso Oliveira questionou o ministro da Economia “por que é que o Governo tem demonstrado uma enorme incapacidade de apoiar a economia? Porque é que o senhor ministro não preparou a resposta aos efeitos devastadores que esta crise está a produzir?”

De seguida, Cristóvão Norte recordou que, apesar de diariamente o Governo “bombardear” os portugueses com medidas de apoio à economia, os dados da Comis-

são Europeia revelam que Portugal é um dos países que menos apoia a salvaguarda do emprego e a economia.

O social-democrata acusou o Governo de criar muitas dificuldades no acesso a estes apoios, pediu previsibilidade na ação do Governo e apelou ao executivo para que deixe de colocar cláusulas, aquelas “letras minúsculas”, que excluem as pessoas e defraudam as suas expectativas

Com a OCDE a revelar que a economia portuguesa foi das que mais encolheu durante este período, Emídio Guerreiro lamentou que tenha sido preciso esperar nove meses para o Governo “desenterrar a cabeça da areia” e dar seguimento a propostas que o PSD apresentou há 9 meses. O deputado deu o exemplo do modelo de apoio às rendas, dos apoios aos sócios-gerentes e às microempresas, apoios que só vários meses depois de terem sido defendidas pelo PSD é que o Governo as implementou.

Já Paulo Moniz confrontou o Ministro da Economia com o processo do 5G. O social-democrata afirmou que este é o “processo mais litigante e conflituoso da história das telecomunicações em Portugal” e contestou o ziguezaguear do Governo em todo este processo.

A terminar, Jorge Paulo Oliveira confrontou o Ministro Siza Vieira com os números que sustentam toda a argumentação do PSD. De acordo com o deputado, 2020 é

terceiro ano consecutivo que descemos no ranking da competitividade digital e o segundo ano em que caímos no ranking mundial do desenvolvimento, atração e retenção de talento.

“Somos o país da Web Summit, mas em 2020 estamos com uma quebra brutal do financiamento em tecnologia. Caímos 5 lugares no ranking da facilidade de fazer negócios do Banco Mundial. Crescemos menos que os 15 países com que nos podemos comparar, estamos mais endividados, mais pobres e continuamos com serviços públicos no mínimo, mas com a carga fiscal no máximo”.

Apesar destes e de outros números, Jorge Paulo Oliveira frisou que somos o país em que as medidas para responder à pandemia foram as mais baixas em percentagem do PIB. “Como é que depois de tantas páginas da austeridade viradas, Portugal continua do lado errado das estatísticas”, interrogou o parlamentar.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU DEFENDE CONSTRUÇÃO DE CENTRO ONCOLÓGICO

A Assembleia Municipal de Viseu solicitou ao Governo que, em 2021, promova as diligências necessárias para iniciar a construção da primeira fase do centro oncológico, a instalar no Centro Hospitalar Tondela-Viseu.

“Desbloqueado o Fundo Europeu de Recuperação e o novo Orçamento Comunitário Plurianual, deve o Governo integrar o centro oncológico no Programa de Recuperação e Resiliência, a entregar em janeiro, em Bruxelas, uma vez que o investimento na área da saúde é uma das prioridades definidas e assumidas na sua elaboração”, pode ler-se na moção apresentada pelo deputado Pedro Alves, que foi aprovada por unanimidade.

O deputado lembrou que esta infraestrutura, “além do distrito de Viseu, servirá também o da Guarda e parte do de Castelo Branco”, revestindo-se de grande importância para a região.

“Trata-se de um investimento que o último Governo do PSD tinha decidido concretizar e que o anterior Governo do PS, reiteradamente, anunciou publicamente como prioritário, subsistindo ainda uma placa colocada no local em 2017 que assinala o ‘imminente início’ da obra”, lamentou.

Pedro Alves lembrou que “o projeto de execução deste equipamento estará praticamente concluído” e que existe um estudo da Entidade Reguladora da Saúde que “atribui parecer favorável à instalação desta unidade em Viseu, para servir toda a região das Beiras”.

Pedro Alves congratulou-se com o facto de os deputados do PS na Assembleia Municipal terem votado a favor, contrariamente ao que fizeram os deputados do PS no Parlamento.



O social-democrata lembrou que, no Orçamento de Estado para 2021, foi aprovada uma proposta de aditamento do PSD relativa à construção do centro oncológico de Viseu, que foi aprovada por maioria e com os votos contra dos deputados do PS, incluindo os eleitos por Viseu, que nem sequer justificaram a sua atitude com uma declaração de voto.

“O centro oncológico é uma matéria que reúne consenso ao nível social e político da região. Foi sempre assim

ao longo dos anos, nesta assembleia, na assembleia intermunicipal Dão Lafões e na Assembleia da República. Como também o foi, recentemente, por todos os autarcas e forças vivas no Conselho da Regional do Centro”, frisou.

Também o presidente da Câmara de Viseu, Almeida Henriques lamentou a “postura de feijão-frade” dos deputados parlamentares do PS. “Ainda bem que o PS (na Assembleia Municipal) emendou a mão e disse que vota a favor”, sintetizou.

## AMARANTE APROVA ORÇAMENTO PARA 2021

O orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2021 da Câmara de Amarante, no valor de 65,6 milhões de euros, foi aprovado, dia 12, pela Assembleia Municipal, acompanhando a decisão do executivo, informou a autarquia.

A Câmara, de maioria PSD/CDS-PP, aprovou no dia 4 de dezembro, com a abstenção do PS, o documento

que José Luís Gaspar, presidente desta autarquia, disse, citado em comunicado, ser “o maior orçamento de sempre (...), porque reflete a execução de um volume inédito de investimento (...), grande parte em projetos e obras há muito desejadas”.

“Além disso é, simultaneamente, um orçamento que acautela a preocupação que temos com o desenrolar

desta crise pandémica, daí termos inscrito nestes documentos previsionais um montante muito significativo de apoio à comunidade, às instituições, à economia e empresas mais penalizadas pelo impacto da covid-19”, afirmou.

Sobre o valor inscrito, 65,6 milhões de euros, o autarca explicou que “resulta da conjugação de um conjunto de fontes de financiamento assegurado, particularmente associado à execução de obras com financiamento comunitário”, como a “Reabilitação do Cine-teatro, do Bairro Cancela de Abreu, as Intervações estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias no âmbito do POSEUR, as operações inseridas no plano de Mobilidade Urbana Sustentável no âmbito do PAMUS”.

A reabilitação do Solar Magalhães, inserido no PARU, e as ações a iniciar em 2021, como o PROVERE - Valorização do cluster turístico das serras do Marão e da Aboboreira, as operações Verde por Natureza, no âmbito do POSEUR, e a Unidade de Saúde Familiar de Amarante, são outros dos investimentos previstos.

A autarquia decidiu “manter na taxa mínima” o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), reduzindo “em 30% a taxa nas freguesias do concelho enquadráveis no Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT)”, enquanto o IMI Famílias “baixa 70 euros para agregados familiares com três ou mais dependentes a cargo”.

O município “prevê terminar 2020 com toda a faturação de fornecedores paga”, lê-se ainda na nota de imprensa, que destaca também ter o executivo acolhido “a proposta da oposição” no sentido da “criação de um programa de apoio ao arrendamento jovem”.



# PSD DE COIMBRA APRESENTA QUEIXA EM TRIBUNAL CONTRA O PRESIDENTE DA CÂMARA

O PSD de Coimbra vai avançar com uma queixa-crime contra o presidente da Câmara por alegado abuso de poderes e a União de Freguesias de Coimbra (UFC) responsabilizará Manuel Machado nos tribunais administrativos.

Em conferência de imprensa, o presidente do PSD local, Carlos Matias Lopes, revelou que o PSD decidiu apresentar queixa no Ministério Público contra Manuel Machado, a quem imputa presumível “abuso dos poderes, violando os deveres inerentes às suas funções, com a intenção de causar um prejuízo à UFC e à União de Freguesias de Souselas e Botão”.

Carlos Matias Lopes atribuiu ao também presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) “fortes indícios de tratamento desigual” no processo de descentralização de competências do município e verbas associadas para as sete freguesias e uniões de freguesias do concelho de Coimbra.

Pela alegada prática de ilegalidades nesta área, o dirigente partidário exigiu a demissão de Manuel Machado da Câmara de Coimbra e da presidência do conselho diretivo da ANMP.

“Temos aqui um caso claro de abuso de poder da parte de Manuel Machado”, acentuou, no que foi corroborado pelo presidente da União de Freguesias de Coimbra, no centro urbano do concelho, João Francisco Campos.

O autarca do PSD considera que “não houve negociações” do executivo camarário com as juntas sobre a transferência de competências, abrangidas pelo orçamento do município para 2021, aprovado na semana passada, com dois votos contra do PSD e uma abstenção da CDU, num momento em que os dois vereadores do movimento Somos Coimbra se tinham ausentado da reunião, em protesto



pelo papel de Manuel Machado neste processo.

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano carecem ainda da apreciação e votação pela Assembleia Municipal.

“Estranhamos também o silêncio envergonhado do presidente da União de Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades”, Jorge Veloso, que também lidera a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), acrescentou.

Para João Francisco Campos, “era importante saber” a posição de Jorge Veloso, do PS, neste conflito local sobre a transferência de competências da Câmara para as juntas de freguesia.

O eleito do PSD recordou ter sido convocado para uma reunião com o presidente da Câmara, no dia 4 de dezembro, quando os documentos sobre aquele assunto “já tinham sido enviados”, no dia 3, aos membros do executivo, que os analisaram e votaram na sessão realizada no dia 09.

“Não restam dúvidas que a Câmara Municipal de Coimbra, em bom rigor o excelentíssimo senhor presidente (...), deliberada, livre e voluntariamente, pretendeu prejudicar a UFC, abusando para tal dos seus poderes enquanto autarca, violando grosseira e sucessivamente a lei”, conclui a Junta de Freguesia.

## INVESTIMENTO DA AUTARQUIA DE MONÇÃO RETIRA AMIANTO DE 70 CASAS



A empreitada de remoção de fibrocimento de 70 casas de um bairro social em Monção vai arrancar já em janeiro 2021, num investimento de cerca de 400 mil euros, anunciou o presidente da Câmara. António Barbosa explicou tratar-se de “um projeto há muito ambicionado pela autarquia que vai finalmente arrancar”.

A intervenção bairro da Imaculada Conceição, no lugar de Monte Redondo, propriedade do município de Monção, no distrito de Viana do Castelo, terá um “prazo de execução de um ano e vai permitir retirar todo o fibrocimento dos telhados das 70 casas”, especificou o autarca.

O bairro foi construído em meados dos anos setenta para albergar os portugueses do Ultramar regressados ao país após o 25 de abril, é constituído por 70 habitações, incluindo-se algumas devolutas e outras desocupadas.

“A intervenção visa a substituição das coberturas dos edifícios existentes, destinando-se a qualificar a imagem urbanística do conjunto edificado, a qualificar termicamente os edifícios, assim como a sua segurança e salubridade”, adianta uma nota do município.

No documento, a autarquia explicou estar “prevista a demolição integral de três edifícios e anexos existentes, bastante deterioradas originado pelo seu abandono, sem condições de utilização para o fim original, provocando em algumas situações, focos de insalubridade, acumulação de detritos e falta de segurança”.

O custo total da obra ronda os 375 mil euros, tendo já sido adjudicada, estimando-se o início da obra em janeiro de 2021. Após a remoção do amianto, o bairro será alvo de uma segunda fase de requalificação, a candidatar a fundos comunitários.

O autarca referiu também que, até final do ano, vai arrancar a empreitada de transformação do antigo armazém da CP em incubadora para jovens empreendedores, num investimento de 210 mil euros, financiado em 85% por fundos comunitários.

A intervenção no antigo armazém da CP prevê “uma profunda intervenção de reabilitação estrutural e espacial”. O projeto contempla “dois pisos, ligados por escada e plataforma elevatória para utilização por pessoas de mobilidade reduzida, lugares de trabalho em ‘open space’, gabinetes individuais, sala de reuniões e formação, e espaço de convívio”.

Aquele investimento “resulta de uma candidatura que o município apresentou a fundos do programa Norte 2020, para a reconversão daquele imóvel e que foi, entretanto, aprovada com uma comparticipação de 85%”.

António Barbosa explicou que o novo equipamento, designado Monção - Habitat Criativo - Incubadora “permitirá que os jovens empreendedores possam iniciar a sua atividade profissional a custos reduzidos e num ambiente favorável à criatividade e partilha de projetos e ideias”.

O novo espaço, localizado numa das principais entradas do centro histórico da vila, “surge com o objetivo de apoiar jovens empreendedores no processo de desenvolvimento e consolidação das suas atividades profissionais, visando dinamizar e diversificar a economia local, ampliar e modernizar o tecido empresarial e criar postos de trabalho estáveis e qualificados”.

Além de “disponibilizar espaços físicos com condições efetivas para o pleno desenvolvimento da atividade, o Monção - Habitat Criativo - Incubadora pretende facilitar aos “residentes” o acesso a um conjunto de parceiros, investidores e empresários, proporcionando-lhes, desta forma, uma inserção mais rápida no contexto laboral”.



JOSÉ MANUEL BOLIEIRO

# “GOVERNAREMOS COM O DINHEIRO QUE TIVERMOS”



José Manuel Bolieiro, presidente do Governo dos Açores, garantiu que não vai recusar propostas “à partida”, “venham elas de onde vierem”, mas garantiu que vai governar apenas com o dinheiro disponível. “Governaremos com o dinheiro que tivermos. Não vamos é fingir que temos o dinheiro que não temos”, declarou o social-democrata, falando no parlamento açoriano, na Horta, no final de três dias de debate do Programa do novo Governo Regional.

E prosseguiu: “Connosco não há propostas ou sugestões rejeitadas logo à partida. Venham elas de onde vierem. Todas as propostas e sugestões serão sempre bem-vindas por este XIII Governo dos Açores. Partimos sempre do princípio de que todos querem o melhor para a governação dos Açores”.

O Programa do novo Governo dos Açores foi aprovado, dia 11 de dezembro, na Assembleia Legislativa Regional com 29 votos a favor e 28 votos contra. O anúncio da votação mereceu um aplauso de pé dos membros do Governo Regional e dos parlamentares dos três partidos que formam o executivo.

O novo Governo Regional dos Açores, liderado por José Manuel Bolieiro, tomou posse no final de novembro na Assembleia Legislativa da região, na Horta.

O Programa do novo Governo dos Açores reconhece que a região “vive uma situação económica e social delicada” e admite que a pandemia agravou “debilidades” nesses dois campos.

“A Região Autónoma dos Açores vive uma situação económica e social delicada, agravada pelas consequências da pandemia por SARS-CoV-2, que se projeta, de forma dramática, na vida das pessoas e das empresas, agravando a debilidade empresarial e condicionando o desempenho da região e das suas indeclináveis responsabilidades na proteção dos mais desfavorecidos”, diz o executivo no documento.

De acordo com o Governo Regional, “a estabilidade política decorrente de uma maioria plural no plano parlamentar tem de traduzir-se numa governação que permita aos Açores terem ganhos substanciais em relação aos indicadores médios da União Europeia e uma diminuição



do peso do Estado e da região na economia e na sociedade”.

## PSD elogia novo executivo e fim de “24 longos anos” de governos socialistas

O líder parlamentar do PSD/Açores, Pedro Nascimento Cabral, elogiou os “valores de vocação personalista” do novo executivo de coligação, valorizando o fim de “24 longos anos” de governação socialista da região.

“Foram 24 longos anos a viver sob a égide de um único partido, de um único pensamento, de uma única forma de agir e de governar a nossa região autónoma. Neste período imenso, perante a oportunidade para se reafirmar objetivos e estabelecer o propósito de se ultrapassar novos desafios que se revelavam fundamentais para o nos-

so desenvolvimento económico e social, a incompetente atuação dos governos regionais do PS, sobretudo nos últimos oito anos, originou que os açorianos rapidamente se apercebessem da inexistência de uma ideia válida para os Açores”, declarou o social-democrata.

Para o social-democrata, assistiu-se na região a uma “governação deveras conflagrada, sem um traço distintivo, feita de forma desarticulada, e sempre mais apta a encobrir os problemas que iam surgindo, do que a trabalhar com afinco para os evitar ou ultrapassar”.

E concretizou: “O povo dos Açores deparou-se, infelizmente, com o total insucesso da atuação dos governos regionais do Partido Socialista em áreas fundamentais como a saúde, a educação, o emprego e a pobreza”.

Já sobre o novo executivo, o líder da bancada do PSD no hemiciclo regional regista a “adoção de um conjunto de valores de vocação personalista, de pendor reformador e adeptos da liberdade de iniciativa privada na economia”.

# ORÇAMENTO DA MADEIRA PARA 2021 REFORÇA INVESTIMENTO NA PROMOÇÃO DO TURISMO



O PSD/Madeira destaca que o Orçamento Regional para 2021 reforça o investimento na promoção deste destino turístico, com 22 milhões de euros.

“O turismo foi a atividade mais prejudicada e com consequências mais gravosas” devido à pandemia da covid-19, declarou o deputado social-democrata madeirense Carlos Rodrigues.

Esta situação levou ao “reforço das verbas para a promoção do destino Madeira” na proposta do Orçamento Regional apresentada pelo executivo insular, na ordem dos 2.033 milhões de euros. O Plano de Investimentos para o próximo ano é de 800 milhões de euros.

Carlos Rodrigues, que falava após uma reunião de representantes do grupo parlamentar do PSD com o diretor da Associação de Promoção da Madeira (APM), destacou que o Governo Regional, de coligação PSD/CDS, vai reforçar a verba destinada à promoção, afetando à APM 13 milhões de euros.

Adiantou que estão previstos outros nove milhões para “encargos relacionados com eventos a serem realizados no próximo ano, o que totaliza 22 milhões de euros para o turismo”.

O deputado sublinhou que “todos os movimentos que existiram foram de crescimento muito ténue”.

Por essa razão, complementou, a Madeira vive “uma situação muito complicada a todos os níveis na economia regional, quer nas atividades relacionadas com o turismo, propriamente dito, quer com todas as que lhe estão associadas.”

O deputado defendeu que o esforço a realizar no próximo ano tem de ser sobretudo “direcionado para a promoção, tendo como expectativa a recuperação do setor”.

Mas, indicou, as previsões apontam para que “a mesma venha a acontecer, eventualmente, a partir do primeiro trimestre” de 2021.

O parlamentar do PSD/Madeira destacou que o objetivo do investimento é incentivar “os mercados emissores a reagir de forma positiva e que a situação de pandemia, ficando controlada, permita uma retoma do setor e, conseqüentemente, uma retoma da economia da Madeira”.

**Acompanhe-nos  
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**

**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**SECÇÕES**

**BAIÃO**

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes do PSD/Baião para reunir no próximo dia 23 de dezembro (quarta-feira) de 2020, pelas 21H00, no Auditório Municipal de Baião, sita na Travessa do Tijelinho, 30, Campelo-Baião, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações do Presidente da Comissão Política de Secção;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

Nota: O PSD Baião irá providenciar a possibilidade de os militantes que assim, o entenderem, poderem participar no plenário via plataforma ZOOM. O link será enviado por email.

**CASTANHEIRA DE PERA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se os militantes da Assembleia de Secção de Castanheira de Pera, Distrito de Leiria, para a eleição dos Órgãos de Secção, a realizar no próximo dia 23 de janeiro (sábado) de 2021, pelas 14H00, sita na Rua Silva Bernardes, nº 1- Castanheira de Pera, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Comissão Política de Secção;
2. Mesa da assembleia de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 14H00 às 16H00  
As listas candidatas, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**GONDOMAR**

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos do PSD aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção de Gondomar, para reunir no próximo dia 22 de janeiro (sexta-feira) de 2021, pelas 17H00, na Sede da Concelhia sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, Gondomar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da Secção do PSD de Gondomar.

1. Mesa da Assembleia da Secção;
2. Comissão Política Da Secção.

Os processos de candidatura devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção do PSD de Gondomar, ou a quem legalmente o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na respectiva concelhia.

O ato eleitoral decorrerá entre as 17H00 e as 22H00.

**SESIMBRA**

Nos termos dos Estatutos, convoca-se os militantes da Secção de Sesimbra, para reunir em Assembleia de Secção no dia 9 de janeiro (sábado) de 2021, pelas 21H00, no Auditório Conde Ferreira, sita na Rua Almirante Sande de Vasconcelos, nº 2, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Situação política local e nacional;
3. Plano de atividades e orçamento para 2021.

**VIEIRA DO MINHO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se os militantes da Assembleia de secção de Vieira do Minho, Distrito de Braga, para eleição dos Órgãos de Secção a realizar no próximo dia 16 de janeiro (sábado) de 2021, às 14H00, na sede Concelhia do PSD na Av. Barjona de Freitas, Edifício Alto Minho com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Comissão Política de Secção;
  2. Mesa da Assembleia de Secção.
- Notas: As urnas estarão abertas das 14H00 às 17H00, na Sede Concelhia em Vieira do Minho.

As listas candidatas deverão ser entregues á Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem a substitua na Sede Concelhia, em conformidade e nos termos do Regulamento Eleitoral em Vigor.

**NÚCLEOS**

**BENEDITA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Benedita, para reunir no próximo dia 22 de janeiro (sexta-feira) de 2021, pelas 19H00, na Sede do Núcleo, sita na Rua da Serradinha, 32- Benedita, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Concelhia de Alcobaça ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 19H00 e as 21H00.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD**

**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



**ANSIÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Ansião, para reunir no próximo dia 29 de dezembro de 2020 (Segunda-feira), pelas 20:30 horas, através da plataforma digital ZOOM, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros Assuntos.

Nota: O link de acesso ao Plenário de Militantes será divulgado pelos habituais canais de comunicação interna da JSD Ansião.

**RECTIFICAÇÃO  
CASTELO DE PAIVA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Castelo de Paiva para reunir, ordinariamente, no dia 18 de Dezembro de 2020, sexta - feira, pelas 20h30m, na sede do PSD de Castelo de Paiva, sita na Rua da Boavista n.º 22 Sobrado- Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos da mesa do Plenário e da Comissão Política da JSD do concelho de Castelo de Paiva.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 20h30m e as 22h30m. As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

A entrega da lista decorrerá na sede do PSD Castelo de Paiva sita na Rua da Boavista n.º 22 Sobrado- Castelo de Paiva.

**IV CONGRESSO DISTRITAL DO PORTO**

Para concretização do artigo 15º do Regulamento do IV Congresso Distrital da JSD Distrital do Porto, aprovado em Conselho Distrital dia 06 de Novembro de 2020, a Mesa do Congresso Distrital torna público que o mesmo decorrerá por via telemática, em plataforma digital cujo acesso será enviado por e-mail aos Congressistas.

O referido congresso terá início às 10:00H, sendo que apenas o ato eleitoral decorrerá presencialmente das 11:00H às 15:00H no Fórum Trofa XXI, sito na Rua Padre Joaquim Augusto Pedroso, 82-91, 4785-419.

**RECTIFICAÇÃO  
VILA REAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor e tendo por base o artigo 21.º do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Vila Real para o Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 09 de Janeiro de 2021, pelas 09h00m, na Sede do PSD de Vila Real, sita na Rua da Boavista, n.º 11, 1.º, 5000-641, Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto único: – Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD de Vila Real.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 09h00m e as 13h00m.

**NESD/JSD FACULDADE DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Ao abrigo dos Estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da JSD inscritos na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para as eleições do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da referida instituição, a decorrer no próximo dia 19 de janeiro de 2021, das 18h às 20h, no Atrium, sito na Alameda da Universidade,

## CONVOCATÓRIAS

Cidade Universitária, 1649-014, Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos da Direção e da Mesa do Plenário do NESD/JSD FDL.

Nota:

As listas deverão ser entregues à Presidente de Mesa do Plenário, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no local supra indicado, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento eleitoral da JSD.

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE  
AO PL ANTERIOR**

**NESD DO INSTITUTO DE ESTUDOS  
POLÍTICOS DA UCP**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD inscritos no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa para o Plenário do Núcleo

de Estudantes Social Democratas do presente Instituto para reunir dia 7 de Janeiro, das 16.30 às 18.30, na sala Infante da Universidade Católica Portuguesa, na Rua Palma de Cima, 1649-023 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Direção e da Mesa do Plenário do NESD do Instituto de Estudos Políticos.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá no local supracitado.

O "POVO LIVRE" DESEJA A TODOS  
OS MILITANTES

*Boas Festas!*

ESTAREMOS DE VOLTA NO DIA 6 DE JANEIRO DE 2021.